



Anais da Assembléia

Nº 126

CURITIBA, SEXTA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 1988

ANO XIV

RESOLUÇÃO Nº 066/88

Data: 25.11.88.

Súmula: Aprova Convênio de Cooperação Técnico-Econômico-Financeira, celebrado em 08.08.88, entre o Estado do Paraná com a participação da PARANATUR e a EMBRATUR, objetivando estabelecer normas de cooperação técnica, econômica e financeira, para implantação do Centro de Convenções de Curitiba, definindo o modo pelo qual serão alocados os recursos para o referido Projeto. (Mensagem do Poder Executivo nº 106/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio de Cooperação Técnico-Econômico-Financeira, celebrado em 08.08.88, entre o Estado do Paraná, com a participação da Empresa Paranaense de Turismo- PARANATUR, e a Empresa Brasileira de Turismo- EMBRATUR, objetivando estabelecer normas de cooperação técnica, econômica e financeira, para a implantação do Centro de Convenções de Curitiba, definindo o modo pelo qual serão alocados os recursos para o referido Projeto.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.11.88.

(a) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI.

Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 95ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 1988.
SEXTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Neiyo Beraldin e Raul Lopes.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso,

Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Neiyo Beraldin, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Alexandre Ceranto (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury)-Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 983

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência aos Projetos de Lei nº 303/88 e 304/88 de minha autoria.

Sala das Sessões, em 02.12.88.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO Nº 981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a dispensa da discussão e votação da Redação Final, para os projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão e, que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no § único, do Art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução nº 116/86.

Sala das Sessões, em 02.12.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO N° 984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, Inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 02.12.88.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO N° 986

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, registro em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor FELICE MANFROI, pertencente à casta dos verdadeiros pioneiros do Sudoeste paranaense, requerendo-se, mais, a comunicação à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.12.88.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Toda a história do Sudoeste paranaense e, particularmente do município de Francisco Beltrão, foi escrita por pioneiros corajosos que enfrentaram todos os sacrifícios - sacrificando mesmo os familiares, com o único objetivo de construir na nova terra, a riqueza que sempre buscaram e, finalmente, conseguiram.

Felice Manfroi foi um desses pioneiros estoicos que não se detiveram ante os obstáculos naturais encontrados na região virgem e fincaram os marcos que perdurarão por toda a eternidade, balizando e enaltecendo o trabalho ali realizado e que hoje tanto orgulha o nosso Estado.

O município de Francisco Beltrão muito deve a Felice Manfroi, como a outros que com ele iniciaram o trabalho desbravador.

As lágrimas que amolecem a terra que o abriga para a eternidade são de respeito, reconhecimento e muita saudade a que desejamos, respeitosamente, se associe o Poder Legislativo do Paraná e a que agradecemos, na certeza de que este requerimento será aprovado por justa unanimidade.

REQUERIMENTO N° 987

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de Ofício ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público comunitário no Bairro Guabirotuba, à R. Tibúrcio Brasil, altura do número 270, com o objetivo de atender a grande número de pessoas que se instalam em pensionatos próximos e precisam comunicar-se com suas cidades de origem ou de receberem as comunicações familiares ou de

Curitiba, sexta, em 02.12.88

trabalho.

Sala das Sessões, em 02.12.88.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A maioria dos Srs. Deputados conhece o enorme número de pessoas vitimadas por doenças incuráveis que recorrem ao Hospital Erasto Gaertner e se utilizam dos serviços de pensionatos das proximidades para hospedarem-se durante e estada nesta Capital.

Para comunicarem-se com seus familiares ou conhecidos ou pessoas interessadas em sua saúde em suas cidades de origem, esses pensionistas encontram limitações intransponíveis, apesar de no saguão do prédio principal do Hospital Erasto Gaertner estarem instalados dois telefones públicos - em cabines próprias, os quais só podem ser usados em horário comercial.

A solicitação ora feita, portanto, carrega elevado interesse social e comunitário pois, quando menos, atenderá necessidades também dos moradores da larga faixa que circunda aquele nosocômio e que não dispõe desse serviço nas proximidades, a não ser com as naturais limitações das instalados no interior do Hospital.

Isso posto, rogamos o apoio dos Senhores Deputados para o presente requerimento, a fim de que possa ser sensibilizado o Diretor Presidente da TELEPAR.

REQUERIMENTO N° 982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor DELCINO TAVARES DA SILVA, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, reiterando a solicitação contida no requerimento aprovado em Sessão Plenária de 12 de abril de 1988, pedindo providências no sentido de que seja regulamentada a Lei n° 8.627, de 09 de dezembro de 1987, que tornou obrigatória a realização de provas para diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC), do hipotireoidismo congênito (HC), do mongolismo e outras más formações genéticas e cromossômicas, em todas as crianças nascidas nas maternidades e casas hospitalares mantidas pelo Estado do Paraná, ou particulares, desde que subvencionadas pelo Estado, ou conveniadas com o IPE (Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná).

Formula a presente moção pautada nos veementes e reiterados apelos recebidos de órgãos afetos à área da saúde, empenhados na luta pela aplicação da referida Lei.

Sala das Sessões, 02.12.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor SAULO RAMOS, Consultor Geral da República, solicitando que seja sustado o envio do anteprojeto regulamentando Advocacia Geral da União e que sejam atendidas as solicitações dos Procuradores Autárquicos referente à isonomia prevista na Constituição.

Sala das Sessões, em 02.12.88.

(a) HERMAS BRANDÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Comparecemos à tribuna na tarde de hoje, para, na condição de Coordenador do Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembleia Legislativa do Paraná, convocar - através desse Plenário - todos os Srs. Deputados para uma reunião que iremos promover na próxima 2ª feira às 16 horas, nas dependências desse Poder Legislativo, onde estaremos, numa mesa redonda, debatendo a organização das cooperativas do Paraná - a OCEPAR, assuntos ligados e do interesse do setor agropecuário do Paraná. E nesta reunião, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto que mais nos chama a atenção e para o qual estaremos direcionando os debates desta mesa redonda que iremos realizar na próxima 2ª feira às 16 horas, diz respeito às novas modalidades, à nova sistemática de tributação dos produtos primários.

Todos nós sabemos que a Constituição Federal, elaborada e promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte, implantou e determinou algumas novas regras, algumas novas modalidades e estabeleceu uma sistemática diferente no que diz respeito à tributação dos produtos da agropecuária brasileira. E diante deste aspecto a Secretaria da Fazenda está também fazendo seu anteprojeto, está apresentando a sua proposta de tributação, a qual, em alguns aspectos, não merece o apoio e não é aceita pela organização das cooperativas, ou seja, pelas cooperativas do Paraná, pelos produtores. E fomos solicitados pela OCEPAR para que o cooperativismo e a Assembleia Legislativa debatessem o assunto, para que quando esta Lei fosse aqui votada, nós pudéssemos, juntos, formalizar a proposta que seja realmente do interesse do Estado e que seja também da aceitação e do alcance dos produtores e do cooperativismo do Paraná.

E nós temos que agir desta forma, Sr.

Presidente, Srs. Deputados, porque, todos sabemos, que 1989 não deverá ser um ano dos mais promissores em termos de agropecuária para o nosso Estado. Todos nós, aqueles que temos militância, que temos as nossas bases eleitorais no interior, somos sabedores de que a safra de verão que já deveria estar na sua quase totalidade plantada, ainda não o foi, dada à longa estiagem que vitimou o Estado do Paraná e que ainda persiste, fazendo com que em muitas regiões não se tenha plantado nada em termos de feijão, de milho, de algodão e esteja acarretando, inclusive, um atraso no plantio da soja que também é uma cultura que se planta nesta época.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos que permanecer atentos, discutindo e participando das questões ligadas ao setor da agropecuária. Porque queiramos ou não, a agropecuária é, sem sombra de dúvida, ainda a sustentação e o sustentáculo maior da economia paranaense. E nós, Parlamentares que aqui estamos neste Poder, temos por obrigação e dever zelar pelos interesses de nosso Estado e da nossa gente, e a agropecuária é, sem sombra de dúvida, a maior sustentação da economia paranaense e por ela temos que lutar e a defender.

Agradeço a atenção de todos e espero contar com a presença de todos os Parlamentares nesta mesa redonda, segunda-feira, às 16 horas, juntamente com as lideranças do cooperativismo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado José Rogério com a palavra.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos já com a Constituição Estadual em elaboração, mais a Constituição Federal que já está promulgada... nós estamos preocupados é exatamente com a aplicação da Lei. Os microempresários de todo o País, os microprodutores que foram beneficiados, pelo menos pela letra da Lei, de ter anistia de seus débitos pelo menos com referência à correção monetária, não estão conseguindo chegar a ter resultados dessa Lei, não estão se beneficiando com o que diz a Constituição. E por que não estão se beneficiando, nós podíamos perguntar: porque os grandes, os banqueiros, os agentes financeiros estão criando obstáculos, criando maiores dificuldades para que o pequeno empresário, o devedor, aquele que foi enrolado pelo Plano Cruzado tenham acesso aos benefícios? O grande banqueiro com seus instrumentos criando dificuldades de todos os tipos para que os pequenos agricultores... nós devemos neste momento, como Parlamentares, sensibilizados com o cumprimento da Lei, também forçar, pressionar

o Governo Federal, pressionar o Banco Central, pressionar até o próprio Congresso para que efetivamente o pequeno empresário, o pequeno agricultor tenha realmente respeito e seja dado a ele o direito de isentar, de anistiar, conforme o Artigo 185 da Constituição Federal.

Então, Companheiros, fica aqui registrado o nosso protesto, fica registrada a nossa posição de Parlamentar ligado efetivamente ao pequeno empresário, ligado ao pequeno agricultor. E nós queríamos solicitar ao Bloco Agropecuário desta Casa para que enviem documento também no sentido de pressionar para que o Banco acabe com a burocracia que não dá acesso ao pequeno produtor e que seja cumprida a Lei em benefício desse segmento tão importante para o Paraná, que cria tantos empregos e que efetivamente cria lá no interior a fixação do pequeno agricultor na sua terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em nota da Imprensa, da "Gazeta do Povo" de hoje, o Professor João Calixto de Medeiros, representante da CNEC, diz que deixou estarrecidos os Deputados Raul Lopes, Algaci Túlio e Paulo Furiatti, com a denúncia de que o Estado, no período de 1983/86, teria a responsabilidade pelo fechamento de quase 100 escolas da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade.

Torna-se mister, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se esclareça de uma vez por todas o que está por trás dessas denúncias.

Tenho certeza que o Deputado Raul Lopes, que o Deputado Furiatti, o Deputado Algaci Túlio, não tenham ficado estarrecidos, que tenham sido apenas instrumentalizados em nossa Imprensa, como costuma fazer o Professor João Calixto de Medeiros, envolvendo altas autoridades, para proteger os seus interesses pessoais, o seu emprego na Administração da CNEC e não os interesses da comunidade paranaense.

E foram fechadas sete escolas da CNEC, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho certeza, que o benefício, o prejuízo não foi do povo, porque se foram fechadas, foram fechadas a pedido da própria comunidade, que não agüentava mais arcar com os ônus de pagar o ensino dos seus filhos.

Em 1983, nós criamos 11 escolas estaduais da 5.^a a 8.^a Série, somente no Município de Marechal Cândido Rondon, dado a firmeza da Secretária Gilda Poli...

O SR. RAUL LOPES - V. Ex.^a concede-me um

aparte, Deputado?

O SR. GERNOTE KIRINUS - Na sequência, Sr. Deputado.

...que não aceitou o envolvimento, a influência que quiz o Professor Calixto de Medeiros, para evitar de destruir o seu grande império que são as escolas do CNEC. E se foram fechadas 11 escolas da CNEC, não foi pelo Estado, o Estado simplesmente criou e instituiu o ensino gratuito nessas comunidades, a pedido das comunidades, e nós fomos Porta-Voz.

Se fecharam-se 100 escolas, tenho certeza que 100 escolas gratuitas nasceram nessas comunidades, porque as comunidades não conseguem mais arcar com a exploração que se faz através da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Aliás, exploração que na época se polemizou em nome de uma Lei da Reforma de Ensino de nº 5.892, de 1971, que dizia no seu artigo 2º: "...que não pode haver duplicação de esforços na mesma área de ensino." No entanto, não houve duplicação de esforços, houve somatória de esforços, porque o Estado já sustenta em quase todo o Paraná 50% dos colégios particulares da CNEC, os outros 50% é a comunidade que sustenta.

E nós, Deputados, estávamos acostumados na época que éramos oposição, de ver essa Campanha Nacional atrelada a interesses políticos de Deputados, porque se tal filho seu necessitando de bolsa de estudo, tinha que concorrer ao Deputado do Governo da época, para poder conseguir a gratuidade do ensino através da bolsa de estudo, que é distribuída pelo Governo do Estado.

Isso acabou, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Hoje, os próprios professores que antes lecionavam na CNEC, explorados, ganhando pouco, estão hoje lecionando em escolas do Estado, e estão fazendo greve sem sofrer discriminações. Estão com sua liberdade resgatada. O pai do aluno não precisa mais deixar aliciar seu voto em troca de uma bolsa de estudo, porque a escola é gratuita, a gratuidade foi garantida pelo Estado.

Agora os interesses expúrios que existem atrás da CNEC, esses sim, queremos denunciar, e temos denunciado através de dossiê, que queremos entregar ao Senhor Secretário Belmiro Valverde, que talvez ainda não tenha conhecimento, porque nós fomos professor da CNEC em Entre Rios, minha esposa também foi, o Vereador Cassol se elegeu recentemente pelo PDT lá em Palotina, era o Diretor na época, e todos fomos peremptoriamente afastados do colégio, porque havia interesses políticos; a CNEC era nada mais do que interposto entre esses políticos do então saudoso Deputado Arnaldo Busato, depois escolheram o Depu-

tado Borges da Silveira e quiseram assim continuar o atrelamento do ensino ao alinhamento do voto e isso foi feito pelo Estado do Paraná.

Concedo aparte ao nobre Deputado Raul Lopes, que tenho certeza discorda profundamente desta nota pelo estarrecimento seu.

O SR. RAUL LOPES - Perfeitamente, Excelência, eu até agradeço esta observação inicial que Vossa Excelência fez para todos os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito da Área de Educação, fico até grato pela observação que Vossa Excelência faz no jornal "Gazeta do Povo" datado de hoje. Vou comprar este jornal, vou ler e estarei em seguida, também, fazendo algumas observações.

Mas, não vou entrar em detalhes, porque a maneira com que V. Ex. analisa o caso dessa Escola Cenecista no Paraná, eu só queria, em fortalecimento, me congratular com a sua brilhante exposição e dizer que em absoluto, nenhum dos membros ali presentes responde por mim, mas quero crer, pelos companheiros que compõem a comissão, ficamos estarrecidos. Ficamos estarrecidos e poderemos aproveitar este objetivo que o Doutor Calixto colocou inadvertidamente, inoportunamente pelo testemunho da Professora Gilda Poly, quando então coloca a realidade dos fatos. De sorte que congratulo-me com a sua brilhante exposição e agradeço este aparte que a oportunidade me oferece.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Agradeço o aparte.

Eu tenho certeza que também o Deputado Algaci Túlio, e nós ficaríamos estarrecidos se soubéssemos que os prédios que a CNEC usa e tem lá em Quatro Pontos, na encárcara do Rondão, que são de propriedade da administração central da CNEC estão sendo desviados da sua finalidade originária, que era a educação. Estarrecidos ficamos nós, também nós, também, em saber que a CNEC surgiu sob uma outra sigla e com um outro objetivo. Surgiu como Companhia Nacional da Escola Gratuita. E depois, misteriosamente, foi transformado na Escola Nacional das Comunidades. Para quê? Para explorar comunidades. As comunidades e recursos do Estado foram careados para construir suntuosos prédios educandários, e hoje são propriedade da CNEC e criando-se uma escola gratuita do Estado, não passam à comunidade estas escolas, vendendo e negociando estes prédios, que têm a sua origem e seu fundamento apenas como educandário, na educação.

Portanto, o que deveria fazer o Estado isso sim, seria entrar com a Lei de Utilidade Pública Social e desapropriar estes

prédios e canalizá-los para onde eles foram destinados, no seu início.

A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade realmente desviou-se do seu objetivo inicial. A idéia era gigantesca, era boa. Era criar uma escola onde o Estado não podia criar. Mas, depois, passaria esta escola ao domínio do Estado. E hoje, a resistência do Senhor Calixto de Medeiros em querer abrir mão das escolas da comunidade para que o Estado instale o ensino gratuito definitivo é uma resistência mesquinha. É uma resistência, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e eu advirto aqui, inclusive há uma emenda aprovar aqui por este Plenário em que obriga o Estado a instalar escolas de 2º grau onde ainda inexistem este serviço, nas sedes dos municípios. Atingirá, sim, Senhor Presidente, muitas escolas particulares da CNEC. Mas, não tenho nada contra a escola particular. Sou defensor da escola particular do Martinus e de tantas escolas que a minha igreja tem. No entanto, o que não podemos admitir é que se dê a oportunidade gratuita quando é possível dar.

A escola particular deve ser uma opção e não uma obrigação do pai do aluno, que tem que arcar com o sacrifício ou pedir bolsa de estudo ou pedir favores políticos para atingir o direito fundamental à pessoa humana, que é ter acesso à informação e acesso à educação.

Por isso, quero que fique bem claro: não estou me voltando contra as escolas particulares. No entanto, acho que elas somente devem existir como opção para aqueles que podem. Mas, o pobre também deve ter direito garantido de acesso à escola. Por isso, onde há uma escola gratuita do Estado, se há oportunidade e se se viabiliza uma escola da CNEC, que esteja à vontade. No entanto, não pode uma escola particular e privada, por interesses de poucos, evitar que o Estado instale escolas gratuitas. Se tivemos o prejuízo de cem escolas da CNEC fechadas, tivemos o grande lucro e o Paraná teve este lucro com Gilda Poly e José Richa, de ter cem escolas gratuitas. E por isso nós nos regozijamos e pedimos aos Deputados para que não se deixem envolver por esta artimanha do Sr. Calixto de Medeiros, que no passado se cercava de generais para garantir a influência política do Governo.

E, hoje, se acerca de Deputados que muitas vezes se desavisados, poderão até cair nesta armadilha.

O Sr. Algaci Túlio - Permite-me um aparte, Deputado? (Assentimento).

Eu queria cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que nós, que fazemos parte desta Comissão, achamos muito estranha as medidas tomadas pela CNEC, vendendo

um prédio, um imóvel, onde a própria comunidade teve participação, inclusive. A comunidade, há anos atrás, ajudou fez campanha para a compra deste imóvel e hoje a CNEC se desfaz deste imóvel sem dar qualquer satisfação à comunidade.

Ora, parece-me que as coisas não estão bem colocadas, não estão bem esclarecidas. É por isso que esta nossa Comissão composta pelos Deputados Raul Lopes, Paulo Furiatti e com a participação também do Deputado Scarpellini, está realmente se aprofundando muito neste assunto. Nós visitamos, inclusive anteontem as dependências da Escola D. Manoel da S. D'Elbour no bairro do Hugo Lange e pudemos constatar que existe uma área da Prefeitura que foi doada na ocasião. Como é que a CNEC pode vender este imóvel e, pode também vender uma área que foi feita como doação.

Quer dizer, há muita coisa errada, muita coisa estranha que nós queremos nesta Comissão esclarecer à comunidade. Não estamos aqui defendendo a CNEC, muito pelo contrário, estamos procurando aclarar direitinho esta situação.

Por isso, parabeno-me com seu depoimento. Deputado Raul Lopes tem sido um ardoroso acompanhante desta Comissão, todos interessados, em esclarecer definitivamente esta situação. O que nós queremos é o estudo gratuito para as crianças do Paraná. Se vai fechar a escola da CNEC, como já fecharam 89, fecharão 100. O que interessa é que com a escola pública a criança não paga e com a CNEC a criança avança tendo que pagar. Por isso esta é a nossa preocupação e parabeno Vossa Excelência pelo seu pronunciamento.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e fui provocado a vir à tribuna porque tinha certeza de que a nota que saiu na "Gazeta do Povo" e o esclarecimento da Comissão de Educação não era aquela que o Professor Calixto queria atribuir em nota à imprensa.

Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Consulto à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais aqui presentes, a nossa saudação.

A fonte geradora da crise no Brasil sempre foi e continua sendo a falta de seriedade da classe dirigente deste País. Mesmo repudiados nas urnas os políticos fisiológicos e clientelistas que se beneficiaram e se beneficiam dos desmandos do Governo Sarney não abdicam das suas práti-

cas lesivas aos interesses públicos.

A corrupção generalizada e o tráfico de influências atingiram índices tão elevados que já não se distingue mais o legal, o justo, do imoral e do criminoso. Isso sem falar no clientelismo deplorável levado às últimas consequências por este Governo que aí está.

É o caso da concessão das emissoras de rádio e televisão que continuam repercutindo na imprensa, inclusive aqui no Estado do Paraná. Estes mesmos políticos que se locupletaram na orgia das concessões patrocinadas pelo Ministro Antônio Carlos Magalhães para garantir 5 anos para Sarney, agora falam abertamente em romper com esse Governo. Esses políticos esquecem que são responsáveis pela degeneração da Nova República. E, aliás, o povo já começou a dar o troco.

Hoje a imprensa estampa nas primeiras páginas que o "Papai Noel", chegou mais cedo para os Deputados Federais e para os Senadores. Seus salários foram majorados para Cz\$ 4,74 milhões. Esse aumento abusivo foi aprovado numa sessão que na calada da noite se estendeu pela madrugada da última 5.ª feira.

Deputados e Senadores preferiram decidir primeiro o tamanho dos seus vencimentos, deixando na lista de espera para serem votados, projetos da maior importância para toda a sociedade como é a questão do salário-mínimo, a questão do direito de greve, a questão do Imposto de Renda. Estes ficaram na lista de espera e possivelmente serão discutidos na metade do ano que vem. Na calada da noite, na madrugada, decidiram o seu, que foi aprovado em 4,7 milhões de cruzados. A Bancada DO PT, juntamente com as demais bancadas minoritárias de outros Partidos, retiraram-se do Congresso, repudiando o que é considerado por todos, um ato imoral contra milhões de brasileiros que têm que continuar vivendo com esse salário-mínimo de quarenta mil cruzados, que em novembro era de trinta mil cruzados.

Pobre Nação a nossa, a do Brasil, que permanece nas mãos dos grupos políticos, completamente afastados do dia-a-dia do seu povo.

Registramos aqui o nosso total repúdio a mais este gesto de insensatez cometido pela maioria do Congresso Nacional, composta pelo PMDB e PFL.

Enquanto os Parlamentares promovem Sessão Extraordinária na calada da madrugada para legislar em benefício próprio, a votação da legislação complementar fica em segundo plano. Desta forma, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a aplicação de muitos dispositivos da nossa Constituição, deverá ser retardada impreterivelmente.

Esperamos que esta Assembléia não seja

terão do Congresso Nacional, descomprometido com a aspiração da maioria dos paranaenses e esperamos que esta Assembléia Legislativa compreenda que, nós Parlamentares podemos viver com duzentos e onze mil cruzados que é o que recebe o Deputado do PT para a sua sobrevivência. Esperamos que esta Assembléia compreenda que nós temos um Deputado do PT que recebe líquido desta Assembléia, setecentos e noventa mil cruzados por mês. Esperamos que esta Assembléia não passe a fazer o mesmo que fez o Congresso Nacional: usar a Lei, as suas prerrogativas, o seu poder, advogando em causa própria, desconhecendo a vontade e aquilo que interessa à maioria dos paranaenses.

Era isso, Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Apenas para fazer um esclarecimento a esta Presidência e a esta Casa, que a Comissão Parlamentar de Inquérito referente à corrupção de futebol, concluiu em data de ontem o seu relatório final e nós nos envaidecemos porque quer nos parecer que pairava nesta Casa, inúmeros trabalhos que haviam sido desenvolvidos e não haviam sido concluídos. De sorte que eu quero, na oportunidade, tornar público aos companheiros e em especial aos membros e suplentes da Casa, para comparecerem, segunda-feira, às 9:30 na reunião da respectiva Comissão no Plenarinho desta Casa e após o que, iremos convocar a imprensa para tornar público, e terça-feira, estaremos encaminhando à Mesa.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Encerrada a Hora do expediente, passamos à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

Passaremos a apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 87/88, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que cria a Comissão dos Direitos

da Mulher, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Executiva, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 271/88, de autoria da Deputada VERA AGIBERT, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Prudentópolis, uma área de terreno medindo 1.140m², localizada no Município supra citado, registrado no Livro 3, sob o n. 7.954, em 17.06.49, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Prudentópolis, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 85/88 (Mensagem n. 116/88 ex-Proposição n. 110/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 20.09.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e de sua vinculada SUCEAM, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 84/88 (Mensagem n. 110/88 ex-Proposição n. 103/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que encaminha as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Trabalho e da Ação Social, e os municípios que especifica, todos objetivando a implantação do Projeto de Processamento de Hidrossolúveis - Leite de soja e sopas cremosas. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 83/88 (Mensagem n. 109/88 ex-Proposição n. 102/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio EBTU/027/88, celebrado em 30 de agosto de 1988, entre o Estado do Paraná, o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, e o município de Curitiba. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 82/88 (Mensagem n. 101/88 ex-Proposição n. 99/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Termos de Revigoramento datados de 25.07.88 e 10.08.88, firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e respectivamente os municípios de Arapongas e Alto Piquiri, dos Convênios originários celebrados com os referidos

municípios em 13.11.87, objetivando o primeiro, a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial e, o segundo, o desenvolvimento de programa preparação profissional na área de bordados industriais. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 81/88 (Mensagem n. 98/88 ex-Proposição n. 97/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios ns. 04/88, de 03.08.88, 12/88 de 01.08.88 e 13/88 de 01.08.88, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da COMEC, e os municípios de Campo Largo, Balsa Nova e Bocaiúva do Sul, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras públicas, nos setores que especificam. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 80/88 (Mensagem n. 87/88 ex-Proposição n. 32/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que encaminha cópia autêntica do convênio MIC-CDC/STC-PR n. 06/88 celebrado em 30.04.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, por intermédio do Conselho de Desenvolvimento Comercial - CDC, objetivando cooperação técnico-financeira, com vistas a manutenção do Projeto Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 294/88, de autoria dos Deputados ANIBAL KHURY e TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a "CARDÍACO - Fundação de Amparo à Pesquisa Com Enfermidades Cardiovasculares", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 208/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 80/88), que objetiva desafetar da destinação ora vigente o imóvel com área de 70,70 hectares localizada na sede Amaporã-ex-Patrimônio Jurema, da Colônia Paranavaí - município de Amaporã. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.T.I.C., por unanimidade. **REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de n. 986, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 983, de autoria do

Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 985, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 982, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 987, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 981, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para Sábado, dia 03, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei ns. 08/88, 312/88

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 271/88

e do Projeto de Resolução n. 87/88

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 303 e 304/88

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO 326/88

I - exonerar, a pedido, LOIDE DE MOURA BUENO MOSER, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de novembro de 1988;

II - prover, ROSILENE DE PAULA ROSSI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de novembro de 1988;

DECRETO LEGISLATIVO N° 327/88

aposentar, proporcionalmente, nos termos do Art. 40, inciso III, e letra "C", da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, regulamentada pelo Decreto Legisla-

tivo n. 281/88, de 05 de outubro de 1988; e, artigos na. 138, inciso II; 140, inciso III; 157; 170, e parágrafo único; 171 e parágrafos; 172, inciso IV; e, 179, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, CARLOS AUGUSTO FERNANDES matrícula n. 116, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com os proventos mensais e proporcionais correspondentes à Simbologia DAS-4, acrescidos da gratificação de representação; cinco (05) triênios incorporados, conforme dispõe o Art. 4º e § 1º, da Resolução n. 2/64; cinco (05) quinquênios e um (01) adicional incorporados; cem por cento (100%) sobre os respectivos vencimentos de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme disposto no Art. 6º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. 9652/88)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 328/88

aposentar, proporcionalmente, nos termos do Art. 40, inciso III, e letra "C", da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, regulamentada pelo Decreto Legisla-

tivo n. 281/88, de 05 de outubro de 1988; e, artigos na. 138; inciso II; 140, inciso III; 157; 170, e parágrafo único; 171 e parágrafos; 172; inciso IV; e, 179, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, MAURÍCIO GONÇALVES, matrícula n. 152, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e proporcionais correspondentes à simbologia DAS-4, acrescidos de gratificação de representação; cinco (05) triênios incorporados, conforme dispõe o Art. 4º e o § 1º, da Resolução n. 2/64, cinco (05) quinquênios e dois (02) adicionais incorporados; cem por cento (100%) sobre os respectivos vencimentos de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme disposto no Art. 6º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. 9395/88)

Palácio "XIX de Dezembro", em 1º.12.88.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário